

## ESCRITORAS DE LITERATURA INFANTIL NA ARGENTINA E NO BRASIL (1960-1970): REBELDES, FEMINISTAS E REVOLUCIONÁRIAS<sup>1</sup>

<https://dx.doi.org/10.18616/cart03>

Alejandra J. Josiowicz

### Introdução: a estrutura revolucionária e feminista de sentimento e as escritoras de literatura infantil

O presente capítulo se propõe analisar a literatura infantil escrita por um grupo de escritoras mulheres nas décadas de 1960 e 1970 na Argentina e no Brasil, como uma maneira de refletir sobre a transformação dos modos de pensar a infância e os papéis de gênero e sexualidade, em um contexto político autoritário e de efervescência da indústria cultural. Nas décadas de 1960 e 1970, um grupo de escritoras argentinas e brasileiras construiu uma estrutura de sentimento revolucionária na literatura infantil, orientada à luta contra o autoritarismo, à liberação das convenções sociais, ao questionamento das hierarquias, impulsionadora dos direitos e das liberdades das mulheres e da transformação dos papéis familiares e de gênero. As escritoras criaram uma estrutura de sentimento que dialogava com a situação política na Argentina e no Brasil, em que regimes autoritários entraram em tensão com movimentos políticos revolucionários, juvenis e feministas. Construíram, desse modo, um espaço no mercado cultural que funcionou como âmbito de resistência e crítica às ditaduras, situado entre a cultura erudita e a indústria cultural, vendendo discos e coleções de livros, participando na televisão, no rádio e nas revistas. Foram mediadoras culturais, capazes de estabelecer pontes entre o campo intelectual e públicos não especializados, compostos por amplos setores da sociedade, como é o caso da literatura infantil (Castro Gomes; Hansen, 2016). As autoras analisadas neste capítulo combinaram, com sucesso, a proximidade com os conhecimentos universitários e as instituições eruditas, e as possibilidades do mercado cultural, causando uma verdadeira revolução na literatura infantil com sua crítica ao convencionalismo e sua linguagem lúdica e antiautoritária.

Nessas décadas, a emergência da sociedade de consumo e a ampliação do acesso à educação em todos os níveis, inclusive o universitário, deram-se paralelamente à expansão dos meios massivos de comunicação, tanto da indústria do livro, das revistas e dos jornais, quanto da televisão e do cinema, e do estabelecimento de novos vínculos, mais diretos e profissionais, entre os escritores e o público leitor e consumidor. A literatura infantil experimentou um verdadeiro *boom*, ao qual contribuiu a transformação nos hábitos de leitura que vieram juntamente com o crescimento do mercado do livro e da imprensa nas

<sup>1</sup> Uma versão deste capítulo foi publicada no livro *Escritoras revolucionarias. Literatura infantil, feminismo y antiautoritarismo en la Argentina y el Brasil (1960-1970)*. Los polvorines: Editora de la Universidad de General Sarmiento, 2023.

décadas de 1950 e 1960 (Coelho, 2006; Lajolo; Zilberman, 2006; Ronner, 2000; Arpes; Ricaud, 2008). Mais próximas do mercado cultural que do âmbito escolar, alheias às normas pedagógicas e à transmissão de códigos e gramáticas, as autoras analisadas se voltaram a um trabalho com a forma estética, incorporando técnicas experimentais próprias das vanguardas, junto com elementos da cultura popular.

O texto examina a criação, por parte das escritoras mulheres, de uma “estrutura de sentimento” revolucionária<sup>2</sup> na literatura infantil, que denunciou as desigualdades de gênero e incluiu greves, lutas sociais, exploração, alienação laboral e repressão policial. Essa literatura infantil representou personagens que se rebelavam diante das normas estabelecidas; vestiam-se de forma psicodélica; resistiam ao disciplinamento de seus corpos e experimentavam novas formas de vida.

A estrutura do sentimento feminista que elas criaram para o público infantil esteve intimamente ligada com as mobilizações e demandas dos movimentos sociais feministas dessas décadas - de mulheres e sexualidades dissidentes -, próprios da chamada “segunda onda” de feminismos na Argentina e no Brasil (Blay; Avelar; Rangel, 2019; Blay; Avelar, 2017; Barrancos, 2007; Cosse, 2010). Esses movimentos questionavam os modelos familiares e de sexualidade tradicional; denunciavam a relação entre o capitalismo e o patriarcado e permitiam a emergência das mulheres como agentes políticas, inclusive em contextos ditatoriais (Blay; Avelar; Rangel, 2019; Blay; Avelar, 2017)<sup>3</sup>. Denomino a estas escritoras como revolucionárias, tanto em um sentido sociocultural, quanto de gênero, embora elas não se considerassem militantes de movimentos políticos feministas, justamente porque, embora não adotassem essas identificações, pensam seus textos infantis como formas revolucionárias de intervenção, apontando para transformações nas formas de pensar a família e o papel da mulher.

Justamente pela sofisticação estética das produções, a conexão histórica com o feminismo teve a ver menos com uma tradução das consignas políticas do movimento à literatura infantil e mais com a potência, a densidade, os matizes, as contradições, as dúvidas, os questionamentos das hierarquias sociais, dos modelos familiares e das desigualdades de gênero, de modo tal que interpelou a experiência das próprias crianças e jovens (Colomer, 2017). Tratou-se de uma literatura que propôs uma hibridação entre o culto e o popular, a língua falada e a escrita, o pedagógico e o experimental, estabelecendo uma nova relação entre o adulto escritor e a criança leitora (Ronner, 2002; Coelho, 2006).

### **Um mundo em plena transformação**

Na Argentina e no Brasil, esse período se caracterizou por um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e no acesso à educação formal, coerente com o crescimento da capacidade de consumo e da mobilidade social

<sup>2</sup> Utilizo a categoria “estrutura de sentimento” como a que organiza a consciência de um grupo social (no caso, as classes médias emergentes) e o mundo imaginativo dos produtores culturais (Williams, 1981).

<sup>3</sup> O processo configurou-se como uma “revolução silenciosa”, dada não só pelo contexto ditatorial, mas também pela persistência de desigualdades de gênero, classe e raça (Alves; Cavenaghi; Carvalho; Soares, 2017). Cfr., para essa época, o conceito de revolução discreta (Cosse, 2010).

ascendente das classes médias urbanas (Berquó, 1998; Santos, 1982, 1990; Cosse, 2010, 2014). Começaram a ser abordados publicamente, nas revistas e nos jornais, temas como a separação, a sexualidade e métodos anticoncepcionais (De Luca, 2013). A difusão da psicanálise contribuiu para a modernização dos comportamentos sociais e o desprestígio dos papéis institucionalizados e das hierarquias entre sexos e faixas etárias diferentes (Santos, 1982, 1990). Na Argentina, o ressurgimento do movimento feminista, nos anos 1960 e 1970, esteve associado a uma cultura de companheirismo, de uniões livres, de separação e formação de novos matrimónios e à impugnação do estilo de vida doméstico (Cosse, 2010, 2014). A maternidade se transformou a partir de um paradigma psicológico da criança e de uma ideia da mulher moderna, independente, liberada, crítica do modelo de feminilidade tradicional e doméstico, que ia à universidade e não renunciava à realização no plano extra-doméstico e na vida profissional (Cosse, 2010, 2014).

As consignas feministas se somaram aos movimentos juvenis de contestação do regime autoritário que rejeitavam padrões morais e culturais tradicionais, os quais experimentaram uma radicalização política nos anos 70 (Marcelino, 2006; Manzano, 2009). O movimento juvenil foi um ator social chave na Argentina e no Brasil: as e os jovens questionaram práticas autoritárias, tanto no nível familiar, quanto no escolar ou estatal; expressaram-se através de uma cultura juvenil vivida como promessa de mudança, uma cultura contestatária, caracterizada pela música, pela roupa, a estética corporal, as viagens e por uma sexualidade vivida como eleição mútua e consensual (Manzano, 2017; Motta, 2014).

A abertura comportamental das classes médias na Argentina e no Brasil, o uso da pílula anticoncepcional e a redução das taxas de fecundidade acompanharam o surgimento de novos parâmetros de educação e um processo de psicologização da infância, que implicou a desvalorização de castigos e punições e uma concepção de criança sem censura, sem ameaças e sem hostilidades (Josiowicz, 2018; Cosse, 2010, 2014). A infância, incorporada ao longo da primeira metade do século ao consumo cultural moderno, a partir de 1950 e 1960 começou a ser interpelada pelas estratégias publicitárias como destinatária e participante do consumo (Brites, 2000; Sosenski, 2012; Josiowicz, 2018). A autonomia das crianças ampliou-se e os papéis de pais e mães se transformaram, tendo como missão principal descobrir, estimular e cultivar a subjetividade dos filhos, evitando qualquer rótulo, rejeitando modelos externos, em relação fluida e dinâmica com o mundo próprio do capitalismo moderno, carente de parâmetros e estruturas fixas, baseado no consumo e no mercado como instância de formação (Ortiz, 1998).

Por seu lado, os governos militares da Argentina e do Brasil mantiveram um discurso familiar que vinculava lar e escola a um mesmo sentido moralizante; enfatizava as virtudes provedoras, disciplinantes e supervisoras do pai, assim como as cuidadoras, morais e afetivas da mãe e o dever de submissão das crianças (Llobet, 2015). Estimulavam a privatização das relações familiares, o controle e a vigilância das crianças e jovens por parte dos pais como defesa contra possíveis desvios ideológicos associados ao comunismo, e deram impulso a projetos educacionais com ênfase na assistência como fator de preservação da paz social (Rosemberg, 1984). No Brasil, houve censura prévia, regida por preocupações

de ordem moral e patriótica, que incluía televisão, cinema e peças teatrais, e, a partir de 1970, livros e revistas cujos possíveis ou desejáveis destinatários fossem crianças ou jovens (Reimão, 2011; Otero, 2003; Marcelino, 2006). Desse modo, o Estado autoritário revelava sua preocupação com a proteção da moral e a formação da juventude, em nome de princípios cristãos, contra o que pudesse ser considerado ultraje ao decoro e tendente à dissolução da família (Setemy, 2018). Favoreceram uma visão da família na qual os papéis de gênero estivessem bem diferenciados para homens e mulheres, para pais e filhos, e as crianças fossem preservadas de temas ou termos considerados alheios à moral (Pineau, 2006; Rosemberg; Moura; Silva, 2009). Na Argentina, a literatura infantojuvenil sofreu censura, a cargo de autoridades da Igreja, de professores e autores que aderiram ao ideário militar e censuraram os textos que questionassem os valores da família tradicional, as hierarquias, a religião católica e o nacionalismo (Guitelman, 2006; Invernizzi; Gociol, 2007).

### **O boom da literatura infantil revolucionária na Argentina e no Brasil diante do autoritarismo**

A literatura infantil de ambos os países conheceu uma verdadeira explosão de criatividade e um aumento de sua circulação e difusão no mercado cultural ao longo dos anos de 1960 e 1970. No Brasil, a nova linguagem era herdeira de Monteiro Lobato, cuja literatura infantojuvenil havia eliminado a sentimentalidade e a exemplaridade da literatura moralizante e incorporado uma linguagem coloquial, vernácula e o humor (Coelho, 2006), mas também as de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, cujas produções inauguraram uma estética experimental e vanguardista para o público infantojuvenil. Na Argentina, são importantes a herança de Horacio Quiroga e sua literatura de aventuras, sua linguagem rítmica, repetitiva, sonora, coloquial, com abundância de termos regionais e uso do humor (Josiewicz, 2018). As autoras se opunham aos modelos dos livros didáticos e da literatura infantil que, até a década de 1950, representavam as meninas, a maior parte das vezes, como passivas, suaves, doces, afetivas, destinadas ao serviço e ao espaço doméstico, e caracterizadas por sua função familiar e condição de cônjuge ou parente, enquanto os homens eram fortes, inteligentes, criativos, aventureiros, ativos e arriscados, líderes do espaço público e com profissões variadas (Rosemberg, 1984). As personagens femininas apareciam em menor proporção, frequentemente dedicadas a profissões socialmente não valorizadas, subordinadas aos homens e definidas pela sua aparência, enquanto os personagens masculinos eram ativos na vida profissional, ligados a seu trabalho e realização (Rosemberg; Moura; Baptista Silva, 2009).

Nessas décadas, afiançou-se o mercado editorial de publicações massivas; os meios de comunicação se internacionalizaram e globalizaram. No Brasil, junto à expansão do mercado editorial de publicações de massa e a emergência de um campo profissional para os escritores, as novas diretrizes educacionais - "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 2.024, de 1961, reformulada pela Lei n.º 5.692, de 1971 - exigiram o ensino da língua vernácula através de textos literários e instauraram novas relações entre escola e literatura por exigência

oficial (Coelho, 2006). Multiplicaram-se as instituições e programas de estímulo à leitura da literatura infantil e juvenil.

Os governos militares brasileiros financiaram e subsidiaram a produção de livros por parte do setor privado, favorecendo a indústria editorial e ajudando a modernização do parque industrial gráfico (Otero, 2003). O Instituto Nacional do Livro foi o órgão estatal encarregado de ler e selecionar os livros que iriam ser subsidiados. A literatura infantil e juvenil foi incluída nessas políticas, sobretudo as obras que faziam referência à cultura e à sociedade brasileiras, dada a preocupação da ditadura por temas e tradições nacionais. Desse modo, a indústria editorial infantil foi amplamente beneficiada pela política de coedição, de subsídios e de distribuição de livros com patrocínio do Estado (Otero, 2003). No Brasil, houve uma explosão de criatividade e um verdadeiro *boom* editorial massivo na literatura infantil, com o surgimento de novas autoras, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Fernanda Lopes de Almeida, Lúcia Pimentel Góes, Lygia Bojunga Nunes e Teresa Noronha (Lajolo; Zilberman, 2006; Coelho, 2006). Vários de seus textos foram beneficiados pelos subsídios do Instituto Nacional do Livro, como *Currupaco, papaco e outras histórias* e *Severino faz chover e outras histórias*, de Ana Maria Machado, editados pela Abril Cultural; *Angélica*, de Lygia Bojunga Nunes, pela editora Agir, e de Ruth Rocha, *Romeu e Julieta e outras histórias* e *Catapimba e sua turma*. Paradoxalmente, a ditadura acabou financiando uma literatura infantil escrita por mulheres, crítica do autoritarismo e orientada para a justiça social.

Na Argentina, pelo contrário, as políticas da ditadura não beneficiaram a indústria gráfica nacional: se, entre 1962 e 1970, houve um *boom* do livro nacional, com o crescimento das vendas, a expansão da circulação e a nacionalização dos catálogos, no final de 1970, devido às políticas de censura, às proibições, ao fechamento de editoriais e à instabilidade, pouco restava da indústria editorial e o livro argentino parecia dirigir-se para a sua extinção (Invernizzi; Gociol, 2007). O *boom* da literatura infantil, nesses anos, formou parte de projetos editoriais abrangentes, orientados à democratização cultural, com distribuição de livros e fascículos a baixos custos, vendidos em pontos de jornais (e não em livrarias) e por todo o país, não somente nos centros urbanos (Gociol; Bitesnik; Ríos; Etchemaite, 2007). Devido a isso, as condições de sustentação das editoras eram difíceis e a produção, mais artesanal que industrial. A editora lançou sua coleção *Cuentos de Polidoro*, dirigida por Beatriz Ferro, em 1967-1985, e *Cuentos del Chiribitil*, dirigida por Graciela Montes (1977-1979). Editoras e autores sofreram atentados e pressões de todo tipo, além de uma permanente sensação de insegurança, o que contribuiu a desestabilizar a indústria editorial, incentivando a autocensura, a destruição de livros e o temor (Invernizzi; Gociol, 2007).

Uma cultura infantil de esquerda, com componente anti-imperialista, oposta e crítica dos materiais altamente comerciais exportados pelos Estados Unidos, como desenhos animados, filmes e livros da Disney, se propagou entre uma classe média intelectualizada e, sobretudo, entre uma geração de mães que passaram pelo ensino superior. Naquela época, teve grande impacto o livro de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, *Para ler o Pato Donald*, que, através de um estudo empírico de produtos culturais massivos, destinados a crianças e a jovens, denunciava os mecanismos internos de dominação cultural imperialista e a propaganda do

modo norte-americano de vida (Dorfman; Mattelart, 1972). Os pais e as mães das classes médias intelectualizadas, junto com o posicionamento político anti-imperialista e de resistência à ditadura, questionaram as hierarquias e a fixidez das relações entre gêneros e faixas etárias, e recorreram à indústria cultural em busca de materiais coerentes com os novos parâmetros de educação e a nova centralidade da infância. Surge, então, um nicho de mercado para produções infantojuvenis críticas da ditadura e do imperialismo cultural que questionava e transgredia os modelos familiares tradicionais, contrários à submissão e à obediência das mulheres e filhos à autoridade inquestionável do pai.

O novo público da literatura infantojuvenil estimulou a profissionalização das autoras em diferentes setores da indústria cultural. Muitas das escritoras trabalharam como diretoras, editoras, redatoras, assessoras de livros, revistas, jornais, coleções editoriais para crianças, jovens e adultos. Ruth Rocha, por exemplo, dirigiu publicações infantis da Editora Abril; trabalhou como editora executiva e editou coleções de livros infantis (Bastos, 1995). Contribuiu com uma coluna sobre educação na revista *Cláudia*; participou de outras publicações infantis, como a coleção *Beija Flor e Bloquinho*, e as dirigiu. Os contos iniciais de autoras como Ruth Rocha e Ana Maria Machado, que trabalhava como jornalista em revistas, jornais e no rádio, foram veiculados em *Recreio*, revista literária para crianças que fez parte da revista *Cláudia*, da Editora Abril, e depois se separou, vendendo um milhão de exemplares por mês. *Recreio* trazia uma história para crianças em cada número, juntamente com brincadeiras criadas a partir do enredo, assim incentivando o público de modo participativo. Machado, uma das mais importantes escritoras de literatura infantil brasileira, foi prolífica na época: publicou 21 textos infantojuvenis entre 1977 e 1980. Por seu lado, Laura Devetach, escritora, poeta e docente em vários níveis, foi prolífica também nessa época, com dezenas de livros em gêneros variados, além de letras de músicas. Um de seus contos foi gravado em forma de disco; compôs três peças de teatro para crianças e numerosos roteiros televisivos para o público infantil nos anos 60 e 70. Além disso, contribuiu em vários meios jornalísticos, entre os quais a revista *Billiken*, entre 1976 e 1982, e *Humi*, entre 1982 e 1984. Por seu lado, Graciela Montes, prolífica autora, premiada e traduzida para várias línguas, atuou como diretora de numerosos projetos editoriais nessa época, sobre cultura e história argentina e latino-americana.

### **As escritoras à procura por uma literatura infantil feminista**

Embora diferentes em muitos sentidos, dada a variedade da intervenção de cada uma no mercado cultural, a proximidade ou não com o âmbito erudito, inclusive pela relação com os movimentos político-sociais, as escritoras tinham em comum um mesmo *ethos* feminista por elas criado na literatura infantil. Mesmo assim, encarnaram o questionamento dos parâmetros de beleza corporal convencionais em uma variedade de figuras literárias e criaturas ficcionais, o que implicou a exploração de novos padrões de gênero e sexualidade. Nesses textos, meninas, mulheres adultas e outros personagens são agentes de mudança e transformação dos modos de pensar a subjetividade, as relações sociais e

familiares. Eles subvertem as normas, se rebelam diante das estruturas familiares e das convenções domésticas; iniciam viagens buscando se reencontrar e estabelecer novas relações amorosas e afetivas com os outros.

Todas as autoras analisadas neste capítulo ofereceram às meninas modelos de mulheres que lutam, trabalham, buscam a transformação social e subjetiva, com objetivos nunca servis nem superficiais.

Em *La torre de Cubos*, de Laura Devetach (1984), Irene é uma menina independente e aventureira: viaja sozinha ao mundo dos “caperuzos”, no qual descobre um modelo igualitário de família, em que o pai participa das tarefas domésticas. Quando volta, decide pedir a seus pais uma mudança: que o pai cozinhe, deixe de falar “coisas tão sérias” e ficar “tão pouco em casa” e que sigam o modelo de pai e mãe “caperuzo”, que colabora nas tarefas domésticas (Devetach, 2006). Irene questiona a submissão feminina e propõe uma transformação nos papéis de gênero e nos modelos familiares através de um modelo mais afetivo e participativo de paternidade. “El Pueblo dibujado”, incluído no mesmo volume, conta a história de Laurinha, que desenha uma cidade na parede da cozinha. Laurinha é uma menina solitária e independente: seus pais não têm muito dinheiro e trabalham bastante, razão pela qual ela deve passar os dias em casa com seu gato e as noites, solitária, o que lhe permite criar seu mundo imaginário.

Laurinha e Irene são duas meninas independentes, que vivem em ricos mundos imaginários: elas são motores da transformação dos papéis de gênero e dos modelos familiares, juntamente com a invenção de novas linguagens para expressar seus sonhos e desejos.

Por seu lado, “*História de ratinha*” (1977), baseado em um conto tradicional hindu, está intimamente conectado com a transformação dos modelos familiares e de gênero e com os movimentos juvenis da época. Ratinha deseja sair do espaço protegido de sua casa familiar e experimentar o mundo afora. Viaja pelo mundo e explora novas experiências: “Dançou como uma folha. Patinhou sobre um papel de chocalinho. Fumou um cigarro de pasto. Colocou óculos de papel de balinha. Tomou mate em uma flor color lilás. Usou brincos de arroz”. (Devetach, 2000, p. 3). Ratinha aponta a busca do gozo corporal, a exploração dos sentidos, a rebeldia, de modo que remete aos movimentos juvenis e ao hipismo nessas décadas, que questionavam a ordem estabelecida, as hierarquias e os papéis de gênero (Manzano, 2017). Ela empreende a busca por um companheiro: encontra o sol, a nuvem, o vento, o muro, mas todos eles tentam impor-lhe um modo de vida alheio. Finalmente, encontra o Ratinho que, como ela, quer construir o próprio modo de viver, com o qual se relaciona em pé de igualdade. Ambos se conquistam, descobrem o mundo juntos, trabalham e criam seus filhos: “Tiveram filhinhos e lhes deram uma casinha tibia, mas com uma porta fácil de abrir, para que pudessem sair a conhecer o mundo, passo a passo, quando tivessem vontade” (Devetach, 2000, p. 17). Ratinha e seu companheiro vivem a paternidade e a maternidade como um aprendizado, e possuem um paradigma de criança igualitário. A educação dos filhos prioriza a liberdade por sobre a tradição, as normas e a disciplina, e lhes propõe uma relação fluida entre a família e o mundo, o público e o privado, o individual e o coletivo. “*História de Ratinha*” coloca em cena o protagonismo das mulheres jovens, e uma transformação dos papéis

de gênero e dos modelos familiares voltada cada vez mais a um paradigma de criança que estimule a independência e a liberdade.

A busca por novos modelos e paradigmas de feminilidade também aparece nos textos de Ruth Rocha (2011), como em *Terezinha e Gabriela* (1971). Gabriela, a menina protagonista, não se ajusta aos parâmetros tradicionais da feminilidade: é contestatária; brincalhona; pensa por si mesma; é inteligente. Interroga e questiona as normas e o uso da linguagem pelos adultos. Não é quietinha nem obediente; não se preocupa com a beleza física ou maquiagens e gosta de brincadeiras físicas e fortes. Gabriela, inclusive com seu modelo de feminilidade transgressora, consegue a admiração dos colegas. No entanto, Gabriela enfrenta a chegada de uma outra menina - Terezinha - que segue os padrões tradicionais da feminilidade. Essa menina é arrumada, quietinha, estudiosa, obediente, preocupada com a beleza e a aparência física. Ela se enquadra no paradigma de beleza tradicional e, desse modo, também consegue a admiração dos colegas. Entre elas se estabelece uma rivalidade. No entanto, com curiosidade, acabam experimentando o modo de ser uma da outra. Terezinha se transforma em uma menina travessa e Gabriela, em uma menina bem-comportada. Até que um dia se encontram, uma transformada em espelho da outra e acabam ficando amigas. Ambas aprendem uma com a outra; se influenciam mutuamente e se admiram. Desse modo, conseguem encontrar um equilíbrio entre modelos de feminilidade opostos. No final, Terezinha acaba rejeitando o modelo de feminilidade orientado ao matrimônio e à domesticidade, e é crítica da visão teleológica da infância subordinada ao ser adulto. O conto aponta para a contingência e flexibilidade dos papéis de gênero, passíveis de transformação, recuperação e transgressão. Gabriela e Terezinha desnaturalizam o modelo de feminilidade ao mostrar seu caráter flexível, apropriável, produto de escolhas e negociações constantes da própria identidade e do eu. Em lugar de uma imagem única de feminilidade, rebelde ou submissa, ambas meninas transitam por vários modelos, por práticas, sensações, experiências, modificando-se no processo, até encontrar um espaço próprio. O conto assinala a identidade feminina, não como resultado, mas como busca, e ressalta a importância de transitar por esse caminho, sem ficar preso de um modo fixo a nenhum parâmetro ou modelo.

Outra menina irreverente é Helena, protagonista de *Bem do seu tamanho* (1980), de Ana Maria Machado (2003a). Helena interroga de forma crítica o modelo da educação das mulheres em base à dicotomia entre o disciplinamento e a infantilização. O que se considera aceitável para uma menina “do seu tamanho”? Por um lado, as meninas devem crescer mais rápido que os meninos; ser obedientes, bem-comportadas, quietinhas e apropriadas, e, portanto, “grandes”. Por outro, são “pequenas” demais para brincadeiras com movimento, força, aventura e risco; infantilizadas, submetidas a diferentes estereótipos do feminino. Helena é independente. É crítica da divisão do trabalho doméstico entre seus pais e questiona os papéis de gênero. Denuncia a desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino. Helena é a jovem questionadora da ordem e das hierarquias de gênero. Empreende uma viagem de autodescobrimento e de encontro da própria identidade. Nessa aventura, encontra amigos e amigas com os quais estabelece relações igualitárias; descobre seu próprio modo de pensar

e fazer, e volta enriquecida pelas novas experiências. Ela se sente uma mulher “grande”, independente, mas não desdenha sua vida emocional, as emoções e os afetos, como uma menina “pequena”. Aceita sua subjetividade em processo, fluida, em tensão e em mudança. Trata-se de uma menina que não deixa de lado as emoções e os afetos, mas que se atreve a ser protagonista, independente, questionando modelos fixos de infância e feminilidade.

No caso de *Bento que bento é o frade* (1977), de Machado (2003b), Nita, a protagonista, é uma menina engenhosa, independente, que critica as convenções – tanto da linguagem como da conduta – e inventa novos modos de pensar e fazer. Enquanto todas as crianças jogam “Bento-que-bento-é-o-frade” do modo tradicional, Nita propõe novas regras, que enfatizam o processo sobre o resultado. Ela tem uma abordagem experimental pela qual subverte as regras, o senso comum, o uso da linguagem, os hábitos e costumes de seus amigos. Nita denuncia, questiona as dinâmicas de disciplinamento e obediência entre adultos e crianças e entre as próprias crianças, e contra eles se rebela. O texto toma a perspectiva das meninas e critica o mundo centrado nas regras e vontades adultas, colocando em cena a resistência das meninas diante do paradigma adultocêntrico e o modo como é reproduzido em jogos, músicas e na cultura popular. Desiludida com as regras e imposições do mundo social, Nita sai em uma viagem em busca de novos modos de fazer, de novas experiências e modos de pensar. Nessa viagem, encontra um mundo de bonecos de pau, os Prequetés, mundo no qual ninguém manda, ninguém obedece, o poder é relativo e não está ligado a nenhuma pessoa de modo essencial ou intrínseco: “... pode até ter um mandão [...] mas a gente escolhe quem é. E se ele não estiver fazendo as coisas direitinho, é só trocar” (Machado, 2003, p. 32). Nesse mundo fantástico, Nita descobre o poder da colaboração entre as pessoas, da autogestão e do autogoverno: são os cidadãos os que possuem o poder e, portanto, são capazes de mudar as coisas. Após o retorno, Nita conta aos amigos o que aprendeu, e ganha, assim, o respeito e a credibilidade como criadora de novas ordens e formas de compreender o mundo.

Os textos analisados veiculam modelos de mulheres e meninas questionadoras, antiautoritárias, que procuram novas formas de entender a ordem social, os papéis de gênero e da linguagem. A partir da perspectiva das meninas, formulam uma crítica ao olhar adultocêntrico. Desse modo, se articulam a um imaginário geracional, demandando a liberação social, na direção dos movimentos feministas, juvenis e políticos, mas o levam à cultura infantil.

Personagens rejeitados, desvalorizados por sua aparência física ou por não se encaixar no modelo de feminilidade e masculinidade hegemônicos aparecem na textualidade de Lygia Bojunga Nunes (2013). É o caso do romance infantojuvenil *Angélica* (1975), que narra o encontro e a formação de um horizonte coletivo e de companheirismo entre um grupo de animais rejeitados e marginalizados, por vários motivos – econômicos, familiares e de gênero. Trata-se de um relato crítico da opressão, da marginalização social, da falta de emprego, da exploração, da pobreza. O livro conta a história de Porco, um porquinho que sonha com crescer para ser respeitado, e sofre o desprezo das outras crianças da escola, que o acham sujo e o culpam por tudo, e por isso começa a sentir ódio por si mesmo e por sua

identidade. Porco vê a si mesmo desde a perspectiva do modelo heteronormativo e excludente de beleza e começa a se odiar, a se sentir corrupto, feio, sujo, a aborrecer seu nome e sua própria vida, a desejar não ter nascido ou não ser quem é. Muda seu nome e modifica sua aparência, acreditado que, desse modo, seria aceito, mas continua sofrendo preconceito e marginalização por não se encaixar no modelo heteronormativo da masculinidade. Ele conhece Angélica - e por ela se apaixona -, a cegonha que o ajuda a questionar os preconceitos e as tradições e repensar a ideia do masculino, fora de um modelo normativo de autoridade e onipotência. Diante do desprezo dos outros, ele responde: "Se eu nasci homem, se eu tenho focinho de homem, corpo de homem, pata de homem - por que é que eu tenho que ficar chateado se dizem que eu não sou homem? Que besteira!" (Bojunga Nunes, 2013, p. 60). Neste texto, a masculinidade é interrogada, colocada em questão. Dado que não se encaixa nas ideias e preconceitos sobre o masculino, Porco questiona o modelo de masculinidade fixo e imutável, e entende que esse modelo pode ser transformado à luz da própria experiência.

Angélica, por seu lado, sofre abusos familiares por ser considerada diferente e transgressora. Ela questiona a hierarquia patriarcal de sua família e a autoridade de seu pai, que pretende manter a ideia de que as cegonhas trazem os bebês, porque lhes assegura o proveito e o respeito da sociedade. O conto tematiza a necessidade da educação sexual, e de falar sincera e respeitosamente com as crianças sobre sexualidade e procriação. Assolada pelo sofrimento a ponto de querer se suicidar, Angélica recupera a vontade de viver e se muda para outro país, abandonando sua família, que a despreza e a considera anormal e desviada. É assim que conhece Porco. Juntos, Angélica e Porco montam uma peça teatral na qual contam a história de Angélica. Desse modo, defendem a importância da educação sexual; criticam o autoritarismo familiar, o dogmatismo, a repressão à diferença e a violência contra meninas, meninos e jovens. Como modelo de casal, eles redescobrem e recriam novos papéis de gênero; repensam e reencontram suas identidades. Com a peça, geram trabalho para muitos de seus amigos, previamente desempregados. As personagens colaboram de forma criativa, através da dignidade do trabalho e da criação artística, mostrando o valor da autogestão, os canais alternativos de organização e o empoderamento de personagens discriminados ou marginalizados por diversas razões. A partir dos abusos e injustiças sofridos por diferentes personagens, o conto oferece um espaço de autocompreensão e resiliência para as crianças, um refúgio das agressões e dos olhares externos. O conto denuncia a violência de gênero desde várias perspectivas, tanto desde a masculinidade quanto da perspectiva das meninas.

Nesses textos, personagens de meninas e mulheres, mas também de meninos, animais e seres fantásticos, não se encaixam nos modelos convencionais de beleza, feminilidade e masculinidade, e sofrem discriminação e rejeição. Colocam em cena a busca por formas de ser e de se relacionar com os outros e com o mundo que quebram as hierarquias de gênero, idade, e os modelos de beleza corporal impostos. Lá, a imaginação funciona como um refúgio diante de um mundo adverso; oferece a possibilidade de imaginar outros horizontes. As personagens encontram novas formas de pensar, de definir e entender sua própria subjetividade. Redefinem o ser mulher, criança e jovem de forma

alternativa aos paradigmas herdados. Estabelecem relações com os outros com colaborações igualitárias, em que a cooperação é chave para encontrar modos de resistência e novas formas de entender a família, a amizade e o trabalho. Desse modo, os textos acompanharam, mas também foram produtores de um horizonte de liberdade e independência infantil, que questiona um modelo de educação patriarcal, de onipotência paterna e submissão materna.

Os textos propõem um imaginário renovado de liderança, protagonismo e resistência das meninas e mulheres. Nelas, as meninas são motores fundamentais da transformação. Elas impulsionam a transformação dos papéis de gênero, os modelos familiares. Questionam os autoritarismos e as hierarquias patriarcais e não se amedrontam diante das ameaças dos poderosos. Tomam distância do paradigma do casamento e da maternidade, e renegociam suas regras e parâmetros sem os rejeitar totalmente. A presença de meninas, por outro lado, aponta para o caráter fluido dos papéis de gênero e para o novo protagonismo e centralidade das meninas na própria educação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; CARVALHO, A. A. de; SOARES, M. C. S. Meio Século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In*: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.). **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile**: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EDUSP, 2017. p. 15-54.
- ARPES, M.; RICAUD, N. **Literatura infantil argentina**. Infancia, política y mercado en la constitución de un género masivo. Buenos Aires: La crujía, 2008.
- BARRANCOS, D. **Mujeres en la sociedad argentina**: una historia de cinco siglos. Buenos Aires, AR: Sudamericana, 2007.
- BASTOS, D. (Org). **Ana & Ruth**: 25 anos de Literatura. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-437.
- BLAY, E. A.; AVELAR, L.; RANGEL DUARTE, P. (Orgs.). **Gênero e Feminismos**: Argentina, Brasil e Chile em Transformação. São Paulo: Edusp, 2019.
- BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.). **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile**: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EDUSP, 2017.
- BRITES, O. Crianças de revistas 1930-1950. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 161-175, 2000.
- CASTRO GOMES, A. de; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COELHO, N. N. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- COLOMER, T. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. São Paulo: Global, 2017.
- COSSE, I. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta**. Una revolución discreta en Buenos Aires. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- COSSE, I. **Mafalda**: história social y política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- DE LUCA, T. R. Mulher em revista. *In*: BASSANEZI PINSKY, C.; PEDRO, J.M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 448-468.
- DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para leer el Pato Donald**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- GOCIOL, J.; BITESNIK, E.; RÍOS, J.; ETCHEMAITE, F. **Más libros para más**. Colecciones del Centro Editor de América Latina. Buenos Aires, Biblioteca Nacional, 2007.
- GUITELMAN, P. **La infancia en dictadura**. Modernidad y conservadurismo en el mundo de Billiken. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- JOSIOWICZ, A. **La cruzada de los niños**. Intelectuales, infancia y modernidad literaria en América Latina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2018.

- INVERNIZZI, H.; GOCIOŁ, J. **Un golpe a los libros**. Represión a la cultura durante la última dictadura militar. Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: histórias & histórias**. São Paulo: Ática, 2006.
- LLOBET, V. ¿Y vos qué sabés si no lo viviste? Infancia y dictadura en un pueblo de provincia. **A contracorrente - Una revista de historia social y literatura de América Latina**, [s.l.], v. 12, n. 3, p. 1-41, 2015.
- MANZANO, V. Blue Jean Generation: Youth, Gender and Sexuality in Buenos Aires, 1958-1975. **Journal of Social History**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 657-676, 2009.
- MANZANO, V. **La era de la Juventud en Argentina: cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla**. Buenos Aires: FCE, 2017.
- MARCELINO, D. A. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- OTERO, M. M. D. F. **Censura de livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ORTIZ, R. Cultura, comunicación y masa. In: Ortiz, R. **Otro territorio: ensayos sobre el mundo contemporáneo**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998. p.69-102.
- REIMÃO, S. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- RÖNNER, M. A. D. Literatura infantil: de “menor” a “mayor”. In: JITRIK, N. (Dir.). **Historia crítica de la Literatura Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 2000. p. 511-531.
- ROSEMBERG, F. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1984.
- ROSEMBERG, F.; MOURA, N. C.; BAPTISTA SILVA, P. V. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 39, n. 137, p. 489-519, 2009.
- SANTOS, T. C. dos. **Subjetividade e difusão da psicanálise: Uma discussão da cultura psicanalítica**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- SANTOS, T. C. dos. **A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- SETEMY, A. C. L. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p.171-197, 2018.
- SOSENSKI, S. El niño consumidor: una construcción publicitaria de mediados del siglo XX. In: ACEVEDO, A.; LÓPEZ CABALLERO, P. (Coords.). **Ciudadanos inesperados**. Espacios de formación de la ciudadanía ayer y hoy. México: El Colegio de México, 2012. p. 191-222.
- WILLIAMS, R. **The Sociology of Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

### Fontes

- BOJUNGA NUNES, L. **Angélica**. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga Nunes, 2013.
- DEVETACH, L. **La torre de cubos**. Buenos Aires: Colihue, 2006.
- DEVETACH, L. **Monigote en la arena**. Buenos Aires: Colihue, 1984.
- DEVETACH, L. **História de Ratita**. Buenos Aires: Colihue, 2000.
- MACHADO, A. M. **Bento que bento é o frade**. São Paulo: Salamandra, 2003b.
- MACHADO, A. M. **Bem do seu tamanho**. São Paulo: Salamandra, 2003a.
- ROCHA, R. **Terezinha e Gabriela**. São Paulo: Salamandra, 1976.
- ROCHA, R. **Marcelo, Marmelo, Martelo**. São Paulo: Salamandra, 2011.